

Brasil Energia
Investidores contestam índice
2005_08_17
Rodrigo Polito

A **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE)** pretende enviar esta semana ao Ministério de Minas e Energia a conclusão de um estudo sobre os impactos causados por múltiplos indexadores no equilíbrio econômico-financeiro das empresas elétricas. A medida servirá de subsídio para questionar a decisão do governo de aplicar o IPCA nos contratos de transmissão e compra de energia nova, ao contrário dos contratos atuais, corrigidos pelo IGP-M.

O trabalho a ser entregue ao ministério foi apresentado nesta terça-feira (16/8) pelo **diretor-executivo da CBIEE, Eduardo Monteiro**, durante o Energy Summit 2005, promovido pelo IBC, no Rio de Janeiro. O estudo mostrou que o descasamento dos indexadores nos contratos do setor elétrico pode afetar a rentabilidade das empresas.

O estudo apontou que, num cenário de inflação zero e um contrato no qual o financiamento permita um retorno de 12% ao ano mantendo-se a indexação dos passivos pelo IGP-M, ao fim da vigência do contrato, por exemplo, a queda da rentabilidade seria equivalente a 16% da rentabilidade original.

Segundo **Monteiro**, o problema não é o IPCA, mas o descasamento, uma vez que os contratos atuais são corrigidos pelo IGP-M. Outro ponto ressaltado pelo executivo foi que os financiamentos para projetos do setor elétrico vão continuar aplicando IGP-M.

"Se o governo quer aplicar o IPCA nos contratos, então ele deve determinar que o BNDES passe a corrigir os financiamentos pelo IPCA", disse **Monteiro**, lembrando que 70% dos recursos destinados aos empreendimentos são oriundos de financiamentos.

Para o **presidente da CBIEE, Claudio Sales**, a medida do governo vai contra a proposta de modicidade tarifária. Segundo ele, qualquer impacto sofrido nos contratos serão repassados para o preço da energia e, por conseguinte para o consumidor